

Decadência e crise, expressões utilizadas até mesmo como sinônimos no uso vulgar, encerram, no concerto da compreensão histórica, diferenças

essenciais que remetem ao posicionamento teórico do historiador diante da história. Os significados de decadência e de crise inscrevem-se, efetivamente, em aparatos teóricos e conceituais opostos.

A decadência existe concretamente na história ou seria o juízo dos pósteros sobre o passado? A qualificação de períodos decadentes pressupõe, necessariamente, a consciência dos contemporâneos sobre ela (1)? Historiadores do porte de Fernand Braudel não atribuíam qualquer valor à noção de decadência. Para Pierre Chaunu, a decadência torna-se uma realidade objetiva ao constatarmos uma redução significativa da população e um recuo mais expressivo ainda

Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII

no plano cultural, especialmente na soma de informações disponíveis (2). O núcleo da idéia de decadência é definido na consciência do passado e da emergência de uma nova fase. Tendo por antítese a crença na modernização irreversível, na superioridade da modernidade, no princípio do eterno progresso, assumir a decadência significa negar a sociedade em apreço, escudando-se no compromisso nostálgico e passadista que, no limite, aponta para um novo renascer (3).

JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA
é diretor da Cátedra
Jaime Cortesão do
Instituto de Estudos
Avançados da USP.

A ampla significação inscrita no tema da decadência torna-o presença cíclica na história. A par de sua dimensão simbólica, seu forte apelo ao emotivo, à sensibilidade, transforma-o num tema recorrente em Portugal e, por decorrência, na história do Brasil. Bem sabemos, é nos domínios da literatura que a temática decadentista tem seus principais cultores. Nos *Buddenbrook* de Thomas Mann, a simbologia da ascensão é, igualmente, denotativa do declínio que aponta, irreversivelmente, para um novo ciclo restaurador, um novo começo, transformando a decadência em momento vital, porque precursor de um novo renascer.

Deparamo-nos com uma espécie de ciclo incoercível, incontestemente naturalização do processo histórico, no qual as estações da história se sucedem inexoravelmente, do mesmo modo que as gerações. A toda ascensão, corresponderia um apogeu, preconizador da decadência, território inescapável de uma nova recuperação. Nestes termos, as decadências seriam tão normais e previsíveis quanto os *surgimentos*, os *ressurgimentos* e os *apogeus*, seus corolários indescartáveis. Isso para não falarmos da sistemática apropriação política que o tema propicia. Em Portugal, a decadência é mais do que um tema, é um vórtice mobilizador.

Inelutavelmente, o tema da deca-

dência remete para a continuidade na história. Por essa mesma razão, enquanto a crítica literária e política, bem como a história, alicerçada nos princípios do evolucionismo cientificista do século XIX, ou amparada nos pró-dromos positivistas, arquitetava suas interpretações do mundo a partir de postulados decadentistas, no século XX, o tema foi relegado a plano secundário, suplantado pela temática das revoluções. Por sua natureza específica, pela sucessividade adensada dos eventos de alta significação, as revoluções trazem consigo a sensação do encurtamento do tempo histórico, o fulgor de uma nova temporalidade, fazendo crer aos historiadores que os tempos históricos se tornam mais transparentes e a captura do nervo motor da história mais plausível. Nestes parâmetros, a monotonia das decadências, por oposição à agitação social dos tempos revolucionários, desqualifi-

- 1 Cf. Maria Armanda do Nascimento Arruda, *Mitologia da Mineiridade. O Imaginário Mineiro na Vida Política e Cultural do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1990, especialmente pp. 157 e segs., no qual se estabelece a relação entre decadência e literatura mineira.
- 2 Fernand Braudel, *L'Identité de la France. Espace et Histoire*, vol. 1, Paris, Arthaud-Flammarion, 1986, p. 154; Pierre Chaunu, *Histoire et Décadence*, Librairie Academic Perrin, 1981, p. 154.
- 3 Cf. Philippe Ariès, "L'Histoire des Mentalités", in *La Nouvelle Histoire. Les Encyclopedies du Savoir Moderne*, dirigida por Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel, Paris, CEPL, p. 420.



caria os momentos de decadência como imerecedores da reflexão historiográfica.

A idéia de naturalidade das revoluções burguesas foi quebrada pela eclosão das revoluções proletárias, de fundamentação socialista. A temática das revoluções rouba a cena, por constituir-se numa era de extremos (4). A revolução comunista na Rússia em 1917 polarizou o mundo, a história, os historiadores, a historiografia e, até o colapso do Império Soviético, alimentou utopias, mobilizou ilusões (5). Para muitos, uma história sem revoluções passou a significar uma história insossa, sem sabor, sem alma, sem razão de ser. Para outros, a palavra revolução trazia consigo, necessariamente, uma conotação vermelha, devendo ser excluída das abordagens econômicas, sendo, por exemplo, imprópria para o estudo das revoluções industriais (6). Mas eram vozes isoladas. A intelectualidade hegemônica, especialmente a francesa, pendia para o lado das revoluções, reais ou imaginárias, factíveis ou simplesmente desejadas.

Por tudo isso, os estudos sobre a decadência, que tiveram seu momento mais alto na historiografia alemã por conta das reflexões sobre a decadência do Império Romano, somente voltaram a vivificar entre os historiadores nos anos 70, quando a desconstrução histórica entra em cena e os adeptos da *nouvelle histoire* recuperam sua dimensão simbólica, revigorando a temporalidade decadentista, arrolada no quadro dos novos objetos e no espaço da continuidade histórica, privilegiada na imbricação entre curta e longa duração, a sabida incrustação dos movimentos curtos, da cotidianidade, na longa duração.

Perspectiva enviesada desta mesma temática é a ênfase nas revoluções falhadas, idéias, ações ou movimentos que, por não se tornarem vencedores, perderam seu lugar no altar da história, uma espécie de história dos vencidos. No Brasil, um exemplo deste debate historiográfico teve por foco a Revolução de 1930, considerada pelos revisionistas como uma construção da historiografia vencedora, uma revolução construída pelos vencedores, mais no plano das idéias do que da realidade. Nesse caso, a Revolu-

ção de 1930 no Brasil teria sido uma revolução mítica, imaginária, que nublou a verdadeira revolução, a do bloco operário camponês (7). Noutro extremo, o campo das revoluções econômicas, surge o reverso dos êxitos retumbantes, dos processos de industrialização realizados, aqueles nos quais o processo é bloqueado ou, simplesmente, marcha no sentido contrário, rumo à desindustrialização (8). Nestes casos específicos tem-se a impressão de que o rumo natural da história e das coisas roda no sentido contrário. O clássico princípio da temporalidade histórica muda, bruscamente, de direção. Corre em direção ao passado. Interrompe a marcha para o futuro, anunciando a complexificação das temporalidades.

O tema da decadência do Império Português é recorrente na historiografia. Sem a pretensão de rastrear, na sua inteireza, toda a trajetória dessa recorrência, centramos a atenção em autores que se constituem em pilares da produção historiográfica em Portugal. A começar, certamente, por Vitorino Magalhães Godinho para quem, de uma forma mais ampla, a estagnação econômica ocorrida nos inícios do século XIX explica-se por um movimento geral de retração do capitalismo, inserida no bojo de um ciclo econômico de longa duração, emblematizado na retração geral dos preços mundiais, que tem seu ponto culminante em 1810. Considera que as dificuldades econômicas surgem entre 1806-08, responsáveis por uma grave depressão, que se desanuvia no pós 1813-14, quando “arranca um novo esforço industrializador” (9).

Em termos mais específicos, a aludida depressão poder-se-ia explicar por um mecanismo inato à história econômica de Portugal na época moderna, no qual as crises comerciais seriam frequentemente acompanhadas por políticas públicas de industrialização fugazes, que se esvaíam na mesma proporção com que a recuperação mercantil se anunciava. Assim, “os movimentos industrializadores se deram no seguimento de crises comerciais profundas, e portanto de baixa prolongada de preços” (10), impossibilitando a indústria de “fincar raízes”. Sem dúvida, a explicação em tela corres-

4 Expressão consagrada pelo historiador Eric Hobsbawm [A Era dos Extremos. O Breve Século XX, 1914-1991, trad. port., São Paulo, Companhia das Letras, 1995].

5 Cf. François Furet, *Le Passé d'Une Illusion. Essai sur l'Idée Communiste au XX^e Siècle*, Paris, Robert Laffont/Calmann-Lévy, 1995, pp. 12 e segs.

6 Observação devida a Alexander Gershenkron [“Reflections on the Concept of ‘Prerequisites’ of Modern Industrialization”, in *L'Industria*, vol. 42, 1957, p. 362]. Para a relação entre revolução e conotação vermelha ver: H. L. Beales, *The Industrial Revolution, 1750-1850*, London, Longmans Green, 1958, p. 2.

7 Sobre o sentido da história dos vencidos, cf. Edgar De Decca, *1930 O Silêncio dos Vencidos*, São Paulo, Brasiliense, 1980.

8 Cf. François Caron, *Le Résistible Déclin des Sociétés Industrielles*, Collections Histoire et Décadence, Paris, Librairie Académique Perrin, 1985.

9 Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et Monnaies au Portugal (1750-1850)*, Librairie Armand Colin, 1955, pp. 279 e segs.; idem, *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, s. d., p. 118.

10 Para Godinho, a alta de preços em Portugal, iniciada a partir de 1770, acelerou-se por volta de 1782, disparando entre 1787 e 1790, para atingir o ponto máximo em 1810, momento no qual, começa a retroagir. Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et Monnaies au Portugal (1750-1850)*, op. cit., p. 208, retomando-se o tema nas páginas 279 e segs.

ponde ao cenário gerado pela crise geral do século XVII que, em Portugal, resulta na tentativa falhada de industrialização do Conde de Ericeira e do Marquês de Fronteira, no século XVII. Ao afirmar que “assim acontecera com a política pombalina do terceiro quartel do século XVIII” (11), Godinho homologiza a explicação repondo, para a segunda metade do século XVIII, o mesmo diagnóstico dado aos eventos relacionados com a crise econômica da segunda metade do século XVII (12), concomitantemente, reforça o potencial explicativo dos movimentos cíclicos do capitalismo.

De toda evidência, a crise do século XVIII difere, essencialmente, da crise do século XVII, sobretudo no que tange à política industrialista posta em execução como antídoto para a mesma. Em primeiro lugar, a política pombalina tem seqüência mesmo depois da viradeira e apresenta um caráter integrado. Indústria, agricultura e comércio são objetos da ação governamental, definindo um espaço de ação das políticas públicas com elevado grau de unidade. Pombal, que sabidamente alimentava uma verdadeira ojeriza pelas minas, consideradas “riquezas fictícias”, fez do estímulo à agricultura um dos sustentáculos de sua administração, cujos efeitos a médio prazo não se fizeram esperar, manifestando-se na diversificação agrícola do espaço econômico colonial, com resultados surpreendentes no Brasil. Produtos para a reexportação do Reino, alimentos para a população metropolitana e matérias-primas para as manufaturas enlaçam indústria e agricultura, transformando a caminhada rumo à industrialização numa realidade nada virtual.

O fomento agrícola no Brasil nutriu as fábricas portuguesas, criando-se uma simbiose entre os dois espaços econômicos separados pelo oceano. Emerge aqui o terceiro elemento dessa política integrada de desenvolvimento econômico. A criação das companhias de comércio, cuja finalidade era exatamente unir os espaços agrícolas e industrial, fechavam o circuito da perspectiva econômica que se delineava para o Império Luso-Brasileiro na segunda metade do século XVIII. A política industrialista

não resulta, pois, em medida passageira, de natureza conjuntural, se não que representa, efetivamente, uma mudança estrutural que se operava em Portugal e que dependia, tragicamente, da preservação do espaço colonial. A crise do século XVIII e a política industrialista que se segue não se inscrevem, meramente, no bojo de uma crise comercial. Seu significado, para Portugal e Brasil, é muito mais profundo.

Jorge Borges de Macedo enveredou sua explicação para a decadência por outros caminhos. Recusa a explicação cíclica, rebate a importância dos tratados comerciais assinados com a Inglaterra, relativiza a importância da destruição material resultante da guerra peninsular. Remete a explicação para a “ofensiva industrial e mercantil inglesa, realizada em condições políticas e militares excepcionalmente favoráveis” que se traduzia “numa concorrência que se tornava cada vez mais destruidora” (13). No afã de reforçar sua vertente explicativa, Macedo busca apoucar a carga de significado contida na perda do mercado monopolizado da colônia brasileira, afirmando que “a abertura dos portos do Brasil foi muito menos perturbadora, pois não afetou a função transitória do porto de Lisboa”. Além disso, minimiza a importância das fábricas portuguesas, ao afirmar que “muitos dos artigos que seguiam viagem eram simples reexportações” (14).

Se pensarmos exclusivamente na renda gerada pelas importações recebidas do Brasil e reexportadas, os índices chegam a 60,6% na totalidade das exportações portuguesas, traduzindo-se em recursos monetários, créditos, letras de câmbio e pagamento de importações. Valores nada desprezíveis, certamente responsáveis pela virada histórica da balança comercial portuguesa em relação à Inglaterra que, pela primeira vez no decurso do século XVIII, torna-se favorável a Portugal. A partir de 1783 e especialmente depois de 1788, avolumam-se as importações inglesas de algodão proveniente do Brasil, a ponto de representarem 25% de todas as entradas de algodão na região do Lancashire. O resultado é o equilíbrio alcançado pela balança

11 Idem, *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcadia, s. d., p. 118.

12 Idem, *ibidem*.

13 Jorge Borges Macedo, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa, Associação Industrial Portuguesa, 1963, pp. 235-7.

14 Idem, *ibidem*.

comercial portuguesa com a Inglaterra entre 1785 e 1790, sendo que nos cinco anos seguintes as exportações portuguesas superaram as importações inglesas, provocando o espanto de Robert Walpole, ao constatar as remessas de ouro feitas por Londres em favor de Lisboa para saldar os déficits comerciais (15). Dentre as razões aventadas pelos ingleses para justificar a transferência da família real portuguesa para o Brasil, já pensadas em 1801, está a vantagem de comerciar diretamente com o Brasil e, assim, reequilibrar o balanço de pagamentos.

Bastariam estas ponderações para aquilatar-se do impacto da perda do mercado brasileiro em Portugal. Em termos mais restritos, pensando-se apenas a relação entre a produção das fábricas portuguesas e o mercado consumidor brasileiro – para não falarmos da importância estratégica do fornecimento de matéria-prima –, pode-se afirmar, convictamente, que o mercado monopolizado brasileiro era peça fundamental para a continuidade do desenvolvimento da produção industrial em Portugal. Adequava-se perfeitamente ao estágio de desenvolvimento das fábricas portuguesas, ainda incipientes, cujos produtos, de inferior qualidade e preços mais altos, tinham consumidores cativos na maioria escrava e menos exigente da população brasileira. Destarte, a indústria portuguesa possuía condições para suportar o estágio de desenvolvimento técnico mais avançado da indústria inglesa e resistir à competição. No fundo, o diferencial de desenvolvimento tecnológico entre as duas indústrias somente se revelaria desastroso para Portugal, no momento em que perdesse a exclusividade do mercado colonial brasileiro. Portanto, considerada esta realidade efetiva, não seria insensato supor que, retido o exclusivo colonial, os entraves existentes em Portugal para a transformação completa do sistema produtivo pudessem ser superados. Trata-se de um raciocínio hipotético, assentado em condições históricas concretas. Hipotético, igualmente, seria afirmar que a revolução industrial não ocorreria em Portugal, mesmo que retivesse o domínio sobre o Brasil.

Quando começamos a chafurdar em nossas escaramuças acadêmicas, talvez o melhor seja deixar falar os contemporâneos que, no mais das vezes, com clareza meridiana, recolocam os problemas no devido lugar. Invocamos o testemunho precioso de Acúrcio das Neves:

“O documento que acho mais capaz de nos dar alguma luz sobre o progresso e decadência das nossas manufaturas é a tabela das exportações para o Brasil e mais estabelecimentos ultramarinos [...] *perdido o mercado exclusivo das produções da nossa indústria, que era principalmente o Brasil*, e não podendo ela sustentar mesmo em Portugal a concorrência das Manufaturas estrangeiras [...] (16)”.

Perdido o mercado brasileiro, evidenciou-se a incapacidade da estrutura técnica da indústria portuguesa para sobreviver num mercado de concorrência. Seria demasiado afirmar que a manutenção do sistema colonial poderia promover o necessário progresso técnico das fábricas portuguesas? Afinal, a impulsão havida até aqui não se devera ao estreitamento das relações com o Brasil?

Se a colônia Brasil prodigalizava ao Reino condições para resistir à competição econômica e, apesar de todas as dificuldades, avançar no sentido da constituição de um parque fabril, mais difícil seria resistir à pressão política, exercida por via da diplomacia e do poderio militar dos ingleses. No século XVIII, completa-se o processo da Grande Revolução Inglesa, que se inicia na Revolução Puritana de 1640 e completa-se na Revolução Industrial de 1780 (17). Uma das razões fundamentais deste salto qualitativo na estrutura produtiva da Inglaterra foi o desenvolvimento de uma esquadra poderosa, que lhes permitiu o controle dos mercados mundiais. Ao bloqueio continental os ingleses responderam com o bloqueio marítimo: se perdiam o mercado europeu, compensavam-se com o mercado mundial. Exemplo candente da agressividade inglesa foram suas ações em relação a Portugal. Já em 1801, quando as relações internacionais se agudizavam, Lord

15 Citada por Kenneth Maxwell, “The Atlantic in the Eighteenth Century: a Southern Perspective on the Need to Return to the ‘Big Picture’”, in *Transactions of the Royal Historical Society*, 6th series, vol. 3, London, 1993, p. 229.

16 José Acúrcio das Neves, *Memórias sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa Considerada nos seus Diferentes Ramos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1820, pp. 3, 10, 13.

17 Cf. José Jobson de Andrade Arruda, *A Grande Revolução Inglesa 1640-1780*, São Paulo, Hucitec, 1996.

Hawkesbury dava instruções a seu representante em Lisboa para deixar claro às autoridades portuguesas que a corte deveria embarcar para o Brasil caso houvesse uma invasão francesa. Além de garantir a segurança da travessia, sugeria que a forma mais eficaz de ampliar e consolidar *seu domínio* na América do Sul seria combinada com o governo português (18). A expressão *seu domínio* é evasiva e estratégica.

Da teoria à prática transcorreu um átimo de tempo. Se por meios legais não tinham ainda os ingleses atingido os fins colimados, a pressão através do contrabando era a forma ilegal, mas eficiente, de forçar a abertura dos portos da grande colônia portuguesa para as mercadorias inglesas. As análises do desempenho da Balança Comercial, constante das introduções, elaboradas pelo lúcido contador José Maurício Teixeira de Moraes, são uma demonstração contundente da execução rápida dos planos elaborados nos gabinetes londrinos. Em 1802, afirmava: “queira a sorte que não suceda o mesmo nos anos futuros pela *abundância de contrabando* que se introduz na América”. Em suas próprias palavras, o futuro já se anunciara. Tanto que, em 1805, lamentava-se que as

“diminutas exportações procedem indubitavelmente do muito contrabando, *cuja entrada quase está franqueada naqueles portos*, com o mais escandaloso abuso; e se, pelo contrário, as importações neste Reino não têm diminuído, segue-se que o referido contrabando é todo vendido a troco de moeda corrente, resultando deste pernicioso comércio a extinção contínua da moeda girante, de que se originam as conseqüências mais ruinosas a uma Nação”.

A agressividade dos contrabandistas encontra respaldo nos habitantes da colônia e, até mesmo, na convivência dos mercados portugueses aqui instalados. Tanto que, em 1806, constata-se que a

“estagnação do comércio provém do ruinoso princípio da introdução clandestina das mercadorias proibidas neste e naquele continente, pela falta de patriotismo de al-

guns negociantes que, esquecidos das leis que nos regem, procuram tão-somente os seus interesses, por este *ilícito e ruinoso comércio favorecendo a indústria alheia e impedindo a nacional* com tanto escândalo, como se verificou no ano próximo passado, pelas grandes tomadas que se fizeram fora barra, sendo só uma delas no valor de mais de 500 mil cruzados”.

A consumação final da tragédia anunciada está claramente delineada no estado de desânimo revelado nos comentários referentes ao ano de 1807, quando diz: “tenho muito pouco que ponderar do estado do nosso comércio no ano passado de 1807, que não seja uma repetição do que disse nos anos de 1805 e 1806, por ele caminhar para a sua decadência e abatimento” (19).

As diretrizes da política exterior inglesa, presente nas instruções de Lord Hawkesbury de 1801, tornam-se realidade em 1808, quando a família real chega ao Brasil. Concretamente, a abertura dos portos então formalizada apenas convalida a prática efetiva do comércio de contrabando, realizado abertamente na barra dos portos brasileiros. Os tratados comerciais de 1810 são o golpe de misericórdia na indústria portuguesa. Os valores relativos ao comércio de importação e exportação do principal porto brasileiro, o Rio de Janeiro, são testemunhos eloqüentes dessa asserção. Por este porto entravam e saíam cerca de 40% de todo movimento comercial empreendido pela colônia. Do conjunto de suas importações (exportações portuguesas), somando-se índices relativos aos itens lanifícios, linifícios, sedas e metais, de natureza industrial, comprados pelos portugueses e reexportados para a colônia, chegamos a 35,4%, no período de 1796 a 1811. Nessa época, as mercadorias industrializadas em Portugal, presentes no item produtos das fábricas, atingia 32,3%, representando, praticamente, 50% de produtos manufaturados estrangeiros e 50% portugueses. Se a comparação se restringir ao decênio de 1796 a 1805, pois nesse último ano as exportações portuguesas de produtos das fábricas declinaram fortemen-

18 Cf. Kenneth Maxwell, op. cit., p. 230.

19 Prólogo das Balanças de 1802, 1805, 1806 e 1807. José Maurício Moraes, *Balança Geral do Comércio do Reyno de Portugal com os seus Domínios*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1807. Texto modernizado.

te por causa da ação do contrabando, os números tornam-se ainda mais eloquentes, atingindo 35%. Em anos específicos, tais como 1803 e 1798, os índices chegaram a 40,5% e 42,2%, respectivamente (20).

Os números aqui referidos são aqueles constantes das Balanças de Comércio. São, portanto, números construídos, elaborados pelo contador José Maurício, cuja aglutinação é passível de imprecisões e que são tomados, aqui, como ponto de partida para a compreensão de um fenômeno histórico específico e não como ponto de chegada do conhecimento. Nestes termos, a abordagem que se faz nada tem de empiricista. Os números, todos sabemos, são ilusórios, são construções, assim como os textos literários. Obviamente, o detalhamento de cada uma destas rubricas constitui-se num trabalho meritório e essencial que, entretanto, não altera o resultado final das conclusões: a de que o mercado brasileiro foi essencial para a origem e continuidade do desenvolvimento econômico e, especialmente, industrial de Portugal na passagem do século XVIII para o XIX.

Pensamos, ao fazer estas considerações, no rico trabalho de investigação realizado por Valentim Alexandre, no qual decompõe o conteúdo de cada uma das rubricas da Balança de Comércio. No caso específico das manufaturas, fica claro que se quinilharia e manufaturas de ferro produzidas no norte de Portugal, adquiridas por comerciantes estrangeiros, apareciam na balança como reexportação, sendo na realidade produtos de fábricas portuguesas, somente vem reforçar o argumento em favor da pujança dessa atividade e da consequente importância do mercado colonial na sua recepção. Da mesma forma, se os tecidos de linho que entram na categoria linifícios são, na verdade, fruto da produção local que saem do Porto para o Brasil, consolida-se o argumento. Inversamente, descobrir que muitos dos tecidos de algodão não são fruto da fiação ou tecelagem portuguesa, constituindo-se antes no resultado final da estamparia sobre telas asiáticas, enfraquece-se o argumento, mas vislumbra-se, certamente, um jogo de com-

pensações cujo resultado é aquele que se sabe, e ao qual chegamos, seja por via das balanças tomadas nos seus números absolutos, seja por meio da discussão minudente de suas rubricas. Basta ver as conclusões finais constantes da minha tese de doutoramento, escrita em 1972 e publicada em 1980, comparadas com as conclusões contidas no trabalho do professor Valentim Alexandre, publicado em 1994. Dizem a mesma coisa, com a diferença, é óbvio, do tempo em que foram escritas, pois uma vintena de anos as separa (21).

Os números trabalhados vieram apenas adensar o conhecimento que já se tinha, não inviabilizá-los. Talvez a grande diferença esteja no procedimento em relação ao núcleo documental em si, as Balanças de Comércio, entendidas por mim como balanço de pagamentos e, nesta medida, inclui, obrigatoriamente, as remessas monetárias. Excluir as remessas monetárias da colônia é um procedimento equivocado e oblitera sensivelmente os resultados. Uma parcela das remessas monetárias constitui-se, certamente, em pagamentos compensatórios, isto é, remessa de recursos resultantes de pagamentos de importações feitas pela colônia. Mas elas teriam como contrapartida, ao menos parcial, as remessas monetárias, feitas pela metrópole para a colônia, registrando na balança. Além disso, seria necessário aduzir os recursos monetários sob a forma de patacas, moeda sonante, obtidas no comércio de contrabando realizado na região platina, no qual se empenhavam comerciantes portugueses e brasileiros, utilizando tanto mercadorias chegadas de Portugal, quanto produtos brasileiros.

Finalmente, e acima de tudo, as remessas monetárias integravam valores referentes a metais preciosos, entendidos no seu significado intrínseco, pois, ao contrário do que se pode pensar – e neste equívoco incorreram nossos críticos –, os valores relativos à exportação de metal produzido nas minas goianas, mato-grossenses e mineiras eram expressivos. Como se pode conferir nos gráficos e tabelas em anexo, extraídos do livro de Virgílio Noya Pinto, *O*

20 Cf. José Jobson de Andrade Arruda, *O Brasil no Comércio Colonial*, São Paulo, Ática, 1980, p. 176.

21 Guardadas as diferenças de estilo, as principais conclusões inscritas no livro de Valentim Alexandre (*Os Sentidos do Império*, Lisboa, Afrontamento, 1993, pp. 790-2), naquilo que tem de essencial, em nada diferem das conclusões do meu livro, acima citado (pp. 675-8). Se em alguns casos deixo claro que meus cálculos são estimativos – caso específico da tentativa de mensuração do contrabando –, não o são menos no texto de V. Alexandre. Nas páginas 30 e 31, vemos uma seqüência de "Pode apenas supor-se"; "tratar-se-á de uma aproximação, que sabemos antecipadamente estar errada por defeito, por não ser possível distinguir e quantificar os outros artigos de produção artesanal portuguesa"; "Com todas estas reservas, a curva da exportação de produtos industriais portugueses para o ultramar a que chegamos é mais uma estimativa do que um cálculo estatístico preciso – o que incita à prudência na sua utilização como instrumento de análise".

GRÁFICO I

PRODUÇÃO DE OURO NO BRASIL EM TONELADAS

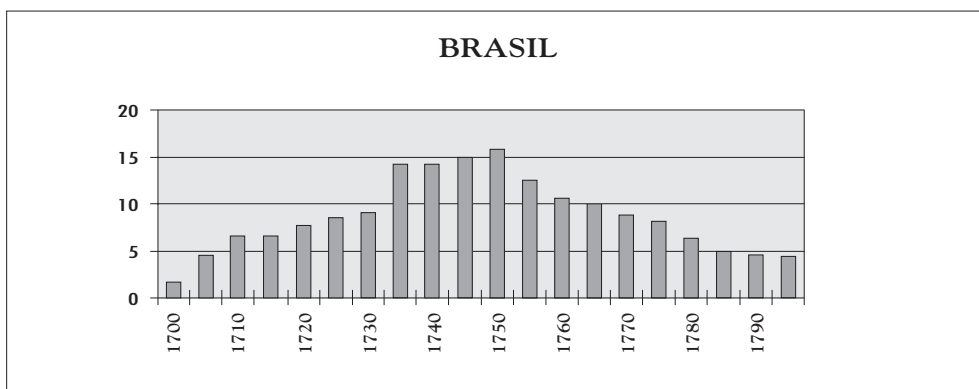
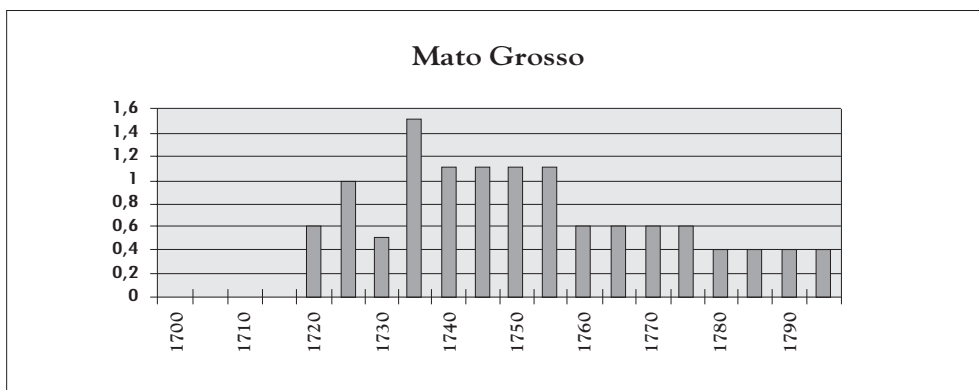
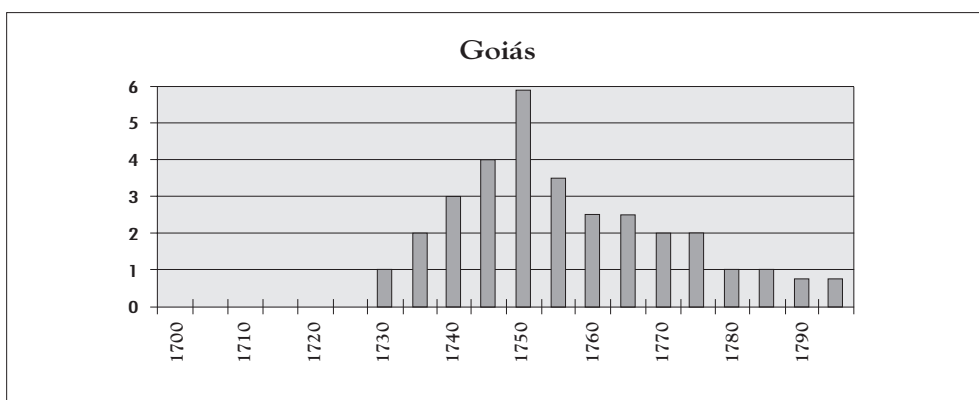
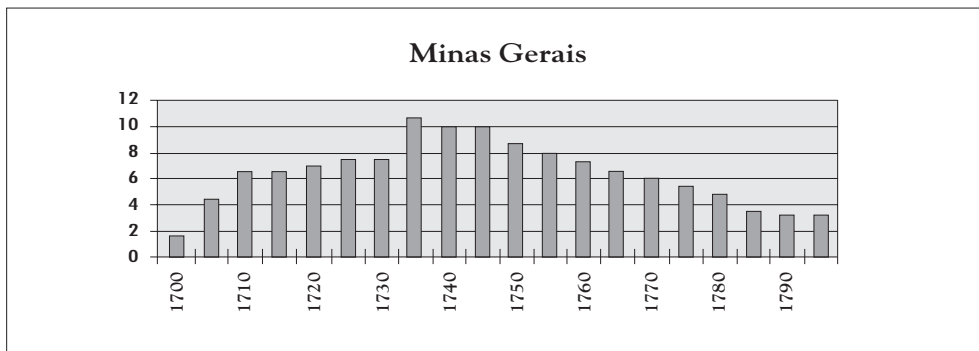


TABELA I

PRODUÇÃO DE OURO NO BRASIL EM TONELADAS

Quinquênios	Minas Gerais	Goiás	Mato Grosso	Média anual
1700-1705	1.470	0	0	1.470
1706-1710	4.410	0	0	4.410
1711-1715	6.500	0	0	6.500
1716-1720	6.500	0	0	6.500
1721-1725	7.000	0	600	7.600
1726-1729	7.500	0	1.000	8.500
1730-1734	7.500	1.000	500	9.000
1735-1739	10.637	2.000	1.500	14.134
1740-1744	10.047	3.000	1.100	14.147
1745-1749	9.712	4.000	1.100	14.812
1750-1754	8.780	5.880	1.100	15.760
1755-1759	8.016	3.500	1.100	12.616
1760-1764	7.399	2.500	600	10.499
1765-1769	6.659	2.500	600	9.759
1770-1774	6.179	2.000	600	8.779
1775-1779	5.518	2.000	600	8.118
1780-1784	4.884	1.000	400	6.284
1785-1789	3.511	1.000	400	4.911
1790-1794	3.360	750	400	4.510
1795-1799	3.249	750	400	4.399

Fonte: Virgílio Noya Pinto, *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português*.

Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português, o índice máximo das exportações auríferas foi atingindo no quinquênio 1750-54, com 15.760 quilogramas. Desde então, a retração torna-se gradativa, chegando a 4.399 quilogramas no quinquênio 1795-99, tonelagem esta que se manteria mais ou menos estável desde 1785 e que, pelo gráfico elaborado por Roberto Simonsen, tem continuidade na década seguinte, até a abertura dos portos. Com diferenças insignificantes, gráficos e tabelas elaboradas por Michel Morineau apontam na mesma dire-

ção, consignando valores em milhões de cruzados aos carregamentos de ouro brasileiro chegados a Lisboa (22).

Feitos alguns cálculos, concluímos que a produção aurífera exportada para Portugal na forma metal representava, no final do século XVIII e quase certamente nos primeiros sete anos do século XIX, 27,9%, em relação ao máximo atingido no quinquênio 1750-54. Considerando-se que, nesse momento, os valores das exportações em ouro correspondiam à metade dos rendimentos gerados pelas exportações coloniais – esti-

22 Cf. Virgílio Noya Pinto, *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português*, São Paulo, Nacional, 1972, p. 123; Michel Morineau, *Incroyables Gazettes et Fabuleux Métaux. Les Retours des Trésors Américains d'Après les Gazettes Hollandaises (XVI^e - XVIII^e siècles)*, London, Paris, Cambridge University Press/Maison des Sciences de l'Homme, 1985, p. 195; Roberto C. Simonsen, *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, São Paulo, Nacional, 1969, p. 383.

madas em 4,8 milhões de esterlinos –, conclui-se que os valores em libra dessas exportações atingiam 2,4 milhões. Portanto, no final do século XVIII, o ouro extraído das minas brasileiras produzia ainda o correspondente a 650 mil libras esterlinas, o equivalente a 16,25% da totalidade das exportações, estimadas em 4 milhões de esterlinos.

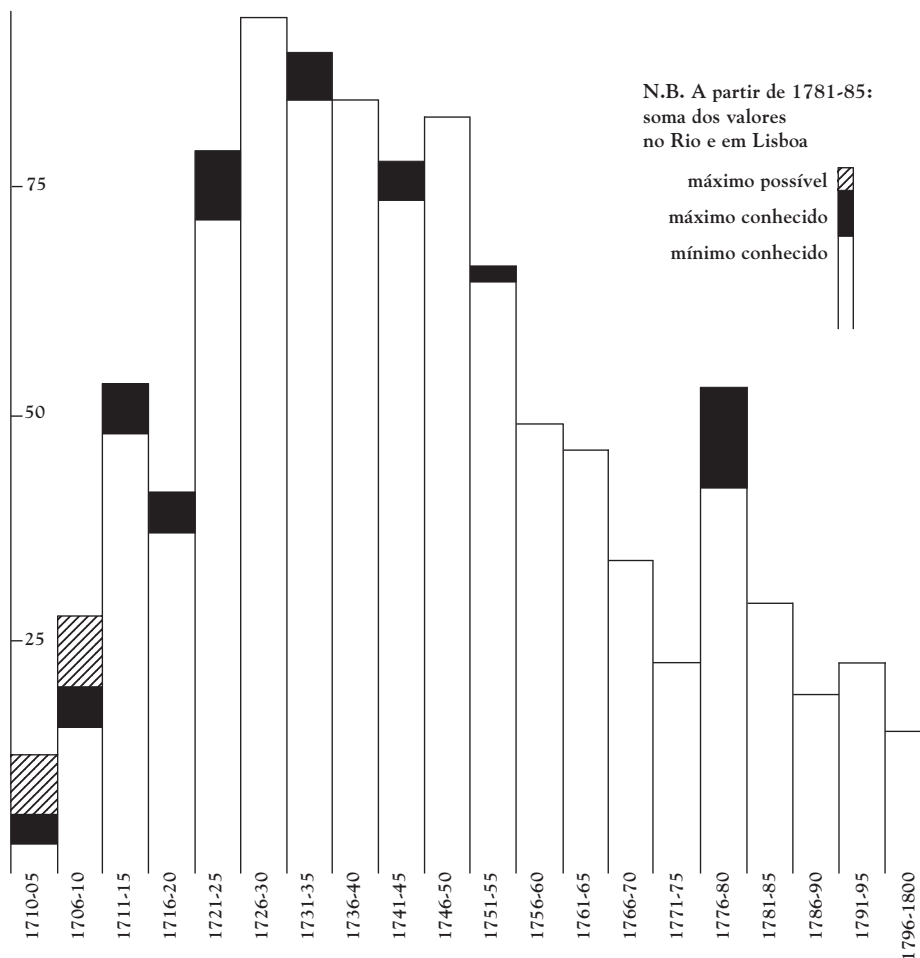
Destarte, não se pode excluir as remessas monetárias como se elas fossem unicamente pagamentos compensatórios, debilitando, por este meio, o argumento segundo o qual os significativos déficits de Portugal para com sua colônia eram ilusórios. O mecanismo através do qual os déficits

com a colônia eram compensados pelas reexportações metropolitanas para as nações estrangeiras, sobejamente demonstrado por Fernando Novais, continua de pé e, por decorrência, os desdobramentos relativos à importância da diversificação econômica da colônia, inclusos os cálculos indiretos sobre a forte ação do contrabando que, de resto, a análise das fontes qualitativas não deixa dúvidas a questionar (23).

Miunças à parte, o essencial é que nos identificamos com a tese central esposada por Valentim Alexandre, referente à importância decisiva que representou a perda do Brasil para o ulterior desenvolvimento

GRÁFICO II

RETORNO DO OURO BRASILEIRO POR PERÍODOS QÜINQUÊNAIS (EM MILHÕES DE CRUZADOS)



Fonte: Michel Morineau, *Incroyables Gazettes et Fabuleux Métaux*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985, p. 195.

23 Fernando Antônio Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, São Paulo, Hucitec, 1980; José Jobson de Andrade Arruda, *O Brasil no Comércio Colonial*, São Paulo, Atica, 1980.

econômico de Portugal, por ele considerado “momento crucial do subdesenvolvimento português” (24), formulação esta embasada na constatação de que a prosperidade mercantil na viragem do século XVIII para o século XIX sustentava-se no crescimento das exportações industriais, na qual a indústria portuguesa respondia por 42,7% das exportações ultramarinas, excluindo as mercadorias provenientes da Ásia (25). Se entre 1796 e 1806 os produtos manufaturados respondiam por 35,6% das exportações portuguesas para o Brasil, logo após a abertura dos portos, entre 1816 e 1822, desceram a 21,6%, finalizando o período de 1825 a 1831 em 16,8%. A ascensão dos produtos ingleses, no mesmo período, corrobora as anteriores afirmações sobre a arremetida britânica.

Na esteira do trabalho de Valentim Alexandre, Jorge Pedreira centra sua atenção na relação específica entre o mercado colonial brasileiro e o surto industrialista em Portugal, no período de 1780 a 1830, resgatando uma temática essencial, há longo tempo anunciada, mas que, somente agora, à luz das pesquisas realizadas nos últimos vinte anos, foi possível consolidar em trabalho denso e criativo, à semelhança do alentado estudo de Valentim Alexandre. Concordâncias e discordâncias à parte, retoma-se aqui a avaliação da perda e do possível impacto do Brasil no processo de industrialização em Portugal. Apesar de reconhecer que “o crescimento do comércio arrastou o aparelho industrial e desdobrou-se em surto manufatureiro” (26), Jorge Pedreira atribui a este dinamismo o fruto de uma conjuntura peculiar. Repudia, acoimando de contrafactual, o raciocínio segundo o qual a preservação do mercado brasileiro poderia levar Portugal aos umbrais da Revolução Industrial. No caso, tratava-se, pelo menos em meus escritos – que por outros caminhos Valentim Alexandre assume –, de reforçar a importância relativa do mercado colonial na crise da indústria portuguesa. Visava, naquele momento, repudiar os argumentos de Jorge Borges de Macedo, que desqualificava a importância da colônia e remetia a explicação da crise para a con-

corrência inglesa. Daí a ênfase retórica do argumento que, se não tivesse perdido o Brasil, Portugal poderia ter completado seu processo de industrialização.

Afirmar que, de forma alguma, o crescimento do comércio colonial conduziria Portugal ao limiar da industrialização, como o faz Jorge Pedreira, constitui-se, de toda evidência, num argumento igualmente contrafactual. A mais, não se tratava de relacionar crescimento do comércio colonial e industrialização, senão de relacionar a perda do mercado privilegiado da colônia e da interrupção desse processo. Dizer que, “apesar da prosperidade mercantil, as condições inscritas na estrutura social e econômica estavam longe de ser propícias a um movimento de industrialização” (27) é negar a evidência dos fatos. Reconhecemos que entraves estruturais permeavam o Estado português: a escassa densidade urbana, a educação imprópria, o pouco desenvolvimento tecnológico, a cristalização dos interesses mercantis das elites, o atraso da agricultura, o Estado autoritário e perdulário. Porém, a continuidade do processo fabril, nos termos em que ele se apresentava antes da crise do sistema colonial, poderia forçar no sentido das transformações indispensáveis à própria continuidade do seu crescimento como, aliás, o fizera até aqui. Um exemplo marcante foi a transformação da agricultura brasileira no final do século XVIII, no qual as medidas relativas à política agrícola implodiram um dos esteios da antiga estrutura colonial, a relação entre monocultura, latifúndio e escravidão. Emergem pequenas e médias propriedades, diversifica-se o quadro produtivo, integram-se formas livres e semilivres de exploração do trabalho e, no limite, escravos africanos são utilizados na economia mercantil de subsistência. Portanto, quando se pensa os entraves representados pela agricultura portuguesa como óbice intransponível para a concretização do processo industrial, é preciso recordar que Brasil e Portugal eram espaços territoriais separados pelo oceano, mas constitutivos de uma mesma soberania política e econômica. Equivale a dizer que a onda fabril que atra-

24 A polêmica acirrada em torno desta questão pode ser conferida em Pedro Lains: “Foi a perda do Império Brasileiro um momento crucial do subdesenvolvimento português?” (*Penélope*, nº 3, jun., 1989, pp. 92-102); Valentim Alexandre, *Um Passo em Frente, Vários à Retaguarda: Resposta à Nota Crítica de Pedro Lains*, op. cit., pp. 103-10.

25 Estes percentuais, estabelecidos por Valentim Alexandre (pp. 44-5), foram utilizados por Jorge Pedreira em seu texto. Sua finalidade, contudo, é diversa, na medida em que remete à estrutura econômica e social a responsabilidade pelos entraves à industrialização: “La agricultura tradicional, los reducidos mercados interiores, la dificultad para la integración en la economía internacional, la escasez de capitales, la inacecuación de las estructuras políticas, la insuficiencia de técnicos e industriales y el alto índice de analfabetismo son los responsables del atraso económico portugués”. Jorge Miguel Pedreira, “La Economía Portuguesa y el Fin del Imperio Luso-Brasileño (1800-1860)”, in Leandro Prados de la Escosura e Samuel Amaral (eds.), *La Independencia Americana: Consecuencias Económicas*, Madrid, Alianza Universidad, 1993, p. 252. Postura semelhante repete-se em seu livro *Estrutura Industrial e Mercado Colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*, Viseu, Difel, 1994.

26 Jorge Miguel Pedreira, op. cit., p. 370.

27 *Idem*, *ibidem*, p. 375.

vessa Portugal não se faz em separado das transformações operadas no Brasil.

Nesse contexto, o significado das palavras decadência e crise precisa ser circunstanciado historicamente. Não somente em relação aos momentos históricos concretos, aos quais elas se dirigem, mas, também, aos contextos específicos nos quais as análises e interpretações foram produzidas.

É possível falar em decadência em Portugal no final do século XVIII? Certamente que não. Trata-se de uma fase de prosperidade econômica, apesar das dificuldades no plano político, especialmente das relações internacionais extremamente tensas, em meio às quais a diplomacia portuguesa saía-se airoso, aproveitando ao máximo o princípio da neutralidade. O superávit da balança comercial é um indicador seguro do estado de saúde das finanças do Reino. O auge da produção aurífera no Brasil correspondeu aos déficits mais elevados da balança portuguesa com as nações estrangeiras e, especialmente, com a Inglaterra. Como se explica que, num momento de retração global dos valores absolutos das exportações coloniais, a prosperidade econômica seja maior? Sem dúvida, a resposta está no novo enlace que une a metrópole à colônia, um novo arranjo do antigo sistema colonial, no qual, sem abrir mão do princípio do monopólio, a metrópole estabelece um novo padrão de relacionamento bilateral. Nele, as colônias tornam-se mercados consumidores dos produtos industrializados metropolitanos e fornecedores de matérias-primas e alimentos, declinando gradativamente a primazia dos produtos ditos tropicais. Estamos muito distantes do modelo clássico de colonização arquitetado nos séculos XVI e XVII, nos quadros da política mercantilista e do capitalismo comercial, no qual as colônias eram centros fornecedores de produtos exóticos de grande aceitação internacional e consumidores de produtos reexportados pelos comerciantes do Reino.

O novo modelo não rompe o antigo sistema colonial. Pelo contrário, fortalece os laços entre a metrópole e a colônia, pré-anunciando a articulação que se tornaria do-

minante na segunda metade do século XIX, no quadro histórico do neocolonialismo, que tem por atores privilegiados os países industrializados, de um lado, e as colônias afroasiáticas, do outro. Significa, portanto, que presenciamos o nascimento histórico de um novo padrão de colonização, que emerge do âmago do antigo sistema, o que talvez explique os entraves estruturais para seu completo desenvolvimento. Ele é, certamente, precoce. Não porque tenha nascido fora de seu tempo, mas porque representa uma antecipação, uma criação original, à semelhança do pioneirismo representado pelo mercantilismo de plantação introduzido pelos portugueses no Brasil, ainda no século XVI. Defrontamo-nos com uma transformação vital. A metrópole avança implantando suas fábricas; a colônia diversifica sua produção agrícola; os mercados se integram externa e internamente. As rendas geradas pela exportação são menores tanto no Brasil quanto em Portugal, se pensadas em relação ao auge aurífero, mas a riqueza criada é mais intensamente distribuída, incrementando os índices de renda *per capita*. Havia, portanto, crescimento econômico em Portugal e no Brasil. A conjuntura era de prosperidade e não de depressão. Momentos como esse, bem o sabemos, encerram um enorme potencial de transformação.

A partir de quando se pode falar em novo padrão de acumulação? Eric Hobsbawm considera que a crise geral do século XVII é o marco divisor. No primeiro momento, entre os séculos XVI e XVII, preponderam os monopólios das metrópoles em relação a suas colônias e o monopólio da produção açucareira pelos portugueses. Mas, a partir da expulsão dos holandeses do Brasil e sua transferência para as ilhas do Caribe, rompe-se o monopólio da produção, tendo início uma fase de competição acelerada entre as metrópoles e entre as próprias colônias. Cresce a importância das colônias na definição da política mercantil metropolitana, ao mesmo tempo acelera-se a internacionalização do capital mercantil, que passa a buscar o lucro independentemente dos limites nacionais ou imperiais. Acentua-se a expansão do sistema produ-

tivo, que amplia o consumo pela baixa de preços. Concomitantemente, as colônias se transformam em mercados consumidores de produtos metropolitanos (28). A Revolução Inglesa, de 1640, representa o ponto de viragem na política exterior britânica. Até então satisfeita com os lucros apropriados das minas por via da pirataria, caminha celeremente para o desenvolvimento das manufaturas, da agricultura e indústria naval. Tal redirecionamento, experimentado pela política mercantilista, configurado num padrão diferenciado de acumulação, levou Cain e Hopkins a denominar o período iniciado em 1688 por *The Old Colonial System* (29). Já no século XVIII brasileiro, na sua primeira fase, de supremacia da exploração aurífera, estimula-se o reforço das práticas típicas do mercantilismo metalista espanhol praticado nos séculos XVI e XVIII, enquadrando-se, portanto, no antigo padrão de colonização.

O papel dos holandeses na constituição de um novo patamar no processo de colonização da época moderna é inegável, o que levou P. C. Emmer a falar de dois sistemas atlânticos: o primeiro, criado pelos ibéricos, portugueses e espanhóis, e o segundo, pelos holandeses, ingleses e franceses. Diferenciavam-se em termos da localização dos centros de gravidade econômica, da composição demográfica e racial, da organização do comércio e dos investimentos, bem como da estrutura social. No segundo sistema atlântico emergiu um tipo de colônia de planta-ção original: elevado índice de especialização; expansão e contração dos núcleos produtivos determinadas pela rentabilidade; orientação estrita pelas leis da economia de mercado; interferência reduzida do Estado; maximização dos lucros pela otimização dos fatores de produção; avanço e recuo populacional determinado pelo mercado e pelos investimentos. Em suma, o segundo sistema atlântico definia-se por sua rígida orientação para o mercado internacional (30).

Apesar de reconhecermos diferenças significativas na colonização implantada no Caribe no século XVII, elas surgem mais como diferença de grau do que de conteúdo. A essência do sistema produtivo era

ainda a monocultura, o latifúndio e a escravidão, com elevado grau de especialização, é verdade. Mas, consentâneo com as diretrizes do antigo padrão de colonização. Onde está, portanto, a diferença específica que justificaria falar de um novo estágio no antigo sistema colonial ou, se quisermos inovar, de um renovado sistema colonial do Atlântico português no século XVIII (31)? Exatamente no enlace metrôpole-colônia, sob a égide da industrialização.

Se não podemos falar em decadência, pode-se falar em crise? Crise do Império Luso-Brasileiro, crise do antigo sistema colonial? Os historiadores brasileiros contemporâneos sempre tiveram uma queda pelas crises, sobretudo, a geração dos anos 60. Deparavam-se, no Brasil, com a crise do capitalismo periférico, para a qual anteviam duas saídas plausíveis: a crise final do capitalismo periférico brasileiro e a implantação da revolução socialista; ou a crise do capitalismo conduzindo à decadência da sociedade brasileira, à estagnação socioeconômica, à barbárie. Uma terceira possibilidade, que a história ulterior consagraria e que estava, certamente, inscrita no rol das alternativas, ou seja, a continuidade do desenvolvimento do capitalismo amenizado em suas transgressões sociais por reformas democráticas ou de caráter democratizante não foi contemplada. Em decorrência, o olhar sobre a crise do antigo sistema colonial revela em larga medida uma projeção do presente sobre o passado. O antigo sistema colonial foi simbolicamente identificado ao capitalismo periférico: a alternativa revolucionária, com a ruptura do pacto colonial e o movimento da independência; a estagnação irremediável, com a situação econômica de Portugal após a perda do Brasil.

Em Portugal o que temos, efetivamente, é uma crise de crescimento que se transforma em crise de retração e conduz à reificação nostálgica do mito da decadência, acompanhado pela sensação de um tempo perdido. No Brasil, a crise de crescimento conduz à ruptura do estatuto colonial e a gradativa transformação de sua condição política, rumo à constituição do Estado nacional.

28 Cf. Eric Hobsbawm, "The Crisis of the Seventeenth Century", in Trevor Aston (ed.), *Crisis in Europe 1560-1660*, Routledge & Kegan Paul, 1965, p. 51.

29 P. J. Cain and A. G. Hopkins, "The Political Economy of British Expansion Overseas, 1750-1914", in *The Economic History Review*, 33, 1980, pp. 463-90.

30 P. C. Emmer, "The Dutch and the Making of the Second Atlantic Systems", in Barbara Solow (ed.), *Slavery and the Rise of the Atlantic System*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991, pp. 75-96.

31 Formulamos, pela primeira vez, a idéia de um novo padrão de colonização nos quadros do antigo sistema colonial no artigo "Colonies as Mercantile Investments", in James D. Tracy (ed.), *The Political Economy of Merchant Empires*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991, pp. 382 e segs.